



1 **Ata nº 07/2024.** Aos 12 (doze) dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte quatro,  
2 reuniram-se na Biblioteca Municipal Scharffenberg de Quadros, os Conselheiros: Adriano  
3 Martins Xavier, Aline Teixeira da Cruz, Ana Paula Riedel Pires, Angela Pereira Branco,  
4 Cleomary Bescorovaine, Daniela Medeiros de Oliveira, Leticia Brandt Jorgensen de Almeida,  
5 Luiz Carlos da Costa Silva, Marilza Aparecida Pereira Teixeira, Rodrigo Cristiano de Oliveira,  
6 Tânia Carolina Soares, para a 6ª reunião ordinária do Conselho CACS- FUNDEB do Município  
7 de São José dos Pinhais, tendo como pauta: 1- Apresentação novos membros; 2- Aprovação da  
8 ata nº 06/2024 e 3- Discussão sobre as condicionalidades.

9

10 A Presidente do Conselho Marilza Apª Pereira Teixeira, inicia a 6ª reunião do FUNDEB  
11 cumprimentando a todos e seguindo a pauta informa que os novos membros não vieram e que  
12 o Cassio pediu para participar da reunião, mas até o momento ele não havia comparecido. A  
13 Presidente Marilza coloca que até o dia 31 de agosto precisa registrar no sistema do Governo  
14 Federal as condicionalidades 3 e 4, a 1 foi inserida o ano passado que trata do Edital do curso  
15 de gestores, esse ano tem a 2 que é sobre a participação de 80 % dos estudantes de cada  
16 escola na prova do SAEB, a 3 que é a redução das desigualdades educacionais,  
17 socioeconômicas e racial, a 4 é do ICMS educação e a 5 que é do Referencial Curricular  
18 alinhado a BNCC. Sobre a prova do SAEB, parece que são 3 Escolas que não conseguiram  
19 alcançar 80% dos alunos presentes, sobre a redução das desigualdades sociais, a Secretaria  
20 está com um Projeto sobre Direitos Humanos, mas os dados para esse ano são as informações  
21 do SAEB do ano passado, e sobre o Referencial, o mesmo ainda não passou pelo Conselho para  
22 fazer a aprovação. O que está mais pendente no momento é a questão da prova do SAEB  
23 onde é exigido 80% dos alunos da Escola, talvez o Município não receba o VAAR no ano que  
24 vem por conta dessa condicionalidade. Sobre o referencial, como ficou até o dia 31 de agosto  
25 acredita que não dará tempo de aprovar, então carrega os anteriores que estavam adequados  
26 a BNCC, mas se não cumprir um dos itens, já não recebe o VAAR no ano que vem. Sobre o  
27 ICMS Educação cerca de 200 Municípios recorreram então o Estado acabou aportando o  
28 mesmo valor de 2023, mas para o ano que vem os Municípios se comprometeram a aumentar  
29 esses índices de acordo com o ICMS educação. A Conselheira Angela comenta que seria  
30 importante que a Secretaria tivesse uma fala sobre a importância das condicionalidades para  
31 as Diretoras, porque não é o dia a dia delas e essa Lei não está tão simples para entender. A  
32 Presidente Marilza concorda e coloca que no ano passado todas as Escolas tiveram que  
33 preencher um questionário socioeconômico das famílias e o resultado das desigualdades

34 sociais vai ter como base esse questionário que era bastante complexo, então além de cobrar a  
35 legislação é preciso fazer um trabalho para falar o que é e qual a consequência. O Conselheiro  
36 Luiz pergunta se enquanto FUNDEB teria como fazer uma liminar para tentar receber? Visto  
37 que foram só 3 crianças. A Conselheira Angela coloca que a gente só vai ter que se preocupar  
38 quando tiver o direito a receber, mas até o momento o Município não tem, porque o valor que  
39 recebe por aluno é muito maior, a preocupação é que a gente tem que estar habilitado, mas  
40 com uma condicionalidade não atendida nós estamos inabilitados, então pode influenciar nos  
41 outros, atualmente não estamos como um Município a receber, mas nós precisávamos estar  
42 habilitados porque isso pode começar a impactar em outros recebimentos de recursos. A  
43 Presidente Marilza coloca que seria um trabalho conjunto a ser desenvolvido para poder  
44 resolver essas pendências das condicionalidades e sugere que seja feito um ofício para a  
45 Secretaria, perguntando como que estão estes encaminhamentos em relação as  
46 condicionalidades, quais as ações que estão sendo feitas para o atendimento dessas  
47 condicionalidades, para ter enquanto Conselho um registro disso, pois a cada ano se amplia,  
48 ano passado era colocar a legislação dos Diretores de que estava adequado, com a avaliação  
49 de desempenho, para esse ano era o edital para o curso de gestores, para o ano que vem  
50 provavelmente será uma outra coisa, precisa de uma ação conjunta de todos em prol da  
51 mesma coisa. A Presidente Marilza pergunta se todos concordam com o encaminhamento do  
52 ofício e informa que para a próxima reunião irá convidar o Cassio pois o mesmo tem interesse  
53 em participar e aprender e entender mais sobre o VAAT, VAAF, VAAR. Dando sequência a  
54 pauta a Presidente Marilza pergunta se todos receberam e aprovam a ata. Ninguém se  
55 colocou contrário a aprovação da ata. A Presidente informa que irá cobrar da representação  
56 da UMES/UPES a participação deles e que o Conselheiro Brayan irá pedir o afastamento do  
57 Conselho para concorrer as eleições como vereador. A Conselheira Angela pergunta se a  
58 Marilza está acompanhado a prestação de contas da APAE, pois seria interessante ela  
59 acompanhar e informa que o SIOPE agora tem o SIOPE conveniadas, mas o tribunal de contas e  
60 o FNDE, estão divergentes quanto o elemento de despesa de contratação de mão de obras,  
61 que são os professores, o elemento que é usado é um definido pelo tribunal de contas, mas o  
62 SIOPE não aceita, então teve que cadastrar os profissionais da APAE como se fossem do  
63 Município, tem tudo registrado com a resposta do tribunal e do FNDE, mas isso é irregular  
64 porque eles não são do Município, mas foi feito o cadastro no SIOPE com o nome da APAE, o  
65 sistema aceitou mas estão todos como servidores nossos até resolver se irão ajustar, foi aberto  
66 demanda para o tribunal para ver se ele muda o elemento ou permite utilizar outro elemento,

67 ou o FNDE irá fazer alguma alteração dentro do SIOPE, tem duas demandas abertas, mas sem  
68 retorno até agora. A Presidente Marilza comenta que é importante ajustar porque tem um  
69 diferença no valor de pagamento do salário da APAE e dos nossos, marcamos de conversar  
70 com eles e sugerir que pagassem pelo menos o piso do Município, mas eles desmacaram a  
71 reunião e não marcaram mais.

72 Nada mais havendo para tratar a Presidente Marilza encerra a reunião.

73 Eu, Valdinéia Santos de Lima, digitei essa ata que depois de aprovada será assinada pela  
74 Presidente Marilza Aparecida Pereira Teixeira.

75 